



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL
ALCANENA

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
12 de janeiro de 2026

ATA N.º 1/2026

_____ Aos **doze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e seis**, nesta Vila de Alcanena, no Auditório dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Alcanena, em sessão extraordinária, pelas dezasseis horas, convocada por edital datado de vinte e dois do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, com a Mesa assim constituída: _____

_____ **Presidente:** António José Ferreira Branco; _____

_____ **Primeira Secretária:** Maria de Lurdes Branco da Graça Simões Quaresma Santos; _____

_____ **Segunda Secretária:** Maria Judite Jorge Sacramento dos Reis Carvalho. _____

ORDEM DE TRABALHOS

_____ **PONTO 1 - Eleição indireta dos presidentes das CCDR – Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, I.P. (período compreendido entre as 16h00 e as 20h00)** _____

_____ **PONTO 2 - Apresentação do projeto de valorização de resíduos provenientes da indústria dos curtumes e seus derivados. (Para conhecimento)** _____

_____ **PONTO 3 – Contrato Interadministrativo entre a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo e o Município de Alcanena, na área do Transporte a Pedido, no âmbito da prestação do serviço público de transporte de passageiros flexível.** _____

ORDEM DO DIA

_____ Pelas dezasseis horas, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão, iniciando-se o período de votação relativa ao ponto 1 da ordem de trabalhos, respeitante à eleição indireta dos Presidentes das CCDR — Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, I. P., nos termos do Caderno Eleitoral correspondente ao Município de Alcanena, a qual decorreu no período compreendido entre as dezasseis e as vinte horas. _____

_____ **PONTO 1 - Eleição indireta dos presidentes das CCDR – Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, I.P. (período compreendido entre as dezasseis e as vinte horas).**

_____ Pelas vinte horas, encerrou a votação, tendo-se verificado o seguinte resultado eleitoral:

_____ - Número de Eleitores: 35 (trinta e cinco); _____

_____ - Número de Votantes: 31 (trinta e um); _____

_____ - Número de votos na candidatura de Maria Teresa Mourão de Almeida: 29 (vinte e nove);

_____ - Número de votos em branco: 2 (dois); _____

_____ - Número de votos nulos: 0 (zero); _____

_____ **Suspendeu-se a sessão por uma hora, para comunicação dos resultados à DGAL – Direção Geral das Autarquias Locais, retomando-se a mesma às vinte e uma horas, para apreciação do ponto 2 da Ordem de Trabalhos.** _____





_____ **Pelas vinte e uma horas e cinco minutos, o Senhor Presidente da Assembleia deu início à apreciação dos restantes pontos da Ordem do Dia.** _____

_____ **Procedeu-se à chamada dos membros da Assembleia Municipal, com o respetivo registo de presenças, verificando-se a presença de vinte e sete (27) membros**, a saber: Verónica Maria de Feijão e Paiva, Joana Catarina Oliveira Monteiro, Bruno Miguel Godinho do Canto Enes, Nuno Miguel Silvério Duarte Marques, Maria de Lurdes Branco da Graça Simões Quaresma Santos, Frederico De Bettencourt Branquinho da Fonseca, António Manuel Mina Duque, Maria Judite Jorge Sacramento dos Reis Carvalho, Marisa Cristina Mota Salgueiro, João Carlos Braga Correia Pinto, Luís Miguel Martins Cândido, João António Gomes Calçada, Edite Maria Brites Louro, Filipe Cardoso Bastos, Raquel Ferreira Costa, Carolina Rosa Cláudio, Susana Margarida Frazão Antunes, Marco Bruno de Matos Serra, Afonso Paulo Caetano Ribeiro, Luís Filipe Mina Pereira Teteto, João Carlos Santos Castanheira, Marisa Gonçalves da Silva, Andreia Paixão Graça, Eurico Frazão Justo, António José Machado da Silva, Fernando Manuel Ferreira e António José Ferreira Branco, Presidente da Assembleia Municipal. _____

_____ **Faltaram os Deputados:** _____

_____ - Eduardo César Pereira Clemente _____

_____ - **Membros do Órgão Executivo presentes nesta sessão:** _____

_____ - **Presidente da Câmara:** _____

_____ - Rui Fernando Anastácio Henriques. _____

_____ - **Vereadores:** _____

_____ - Gabriel de Oliveira Feitor _____

_____ - Maria Clara Moreira Duarte Baptista _____

_____ - Nuno Miguel Costa Silva _____

_____ - Samuel Marques Frazão _____

_____ - Maria Gorete Gonçalves Santos _____

_____ - Tiago Filipe Salgueiro Ancião. _____

_____ **O Senhor Presidente da Assembleia** submeteu à votação a alteração da ordem do dia, com a inclusão do ponto 3 – Contrato Interadministrativo entre a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo e o Município de Alcanena, na área do Transporte a Pedido, no âmbito da prestação do serviço público de transporte de passageiros flexível, para efeitos de deliberação. _____

_____ **O Senhor Presidente da Assembleia** informou que a proposta em apreciação já havia sido submetida à reunião de Câmara, realizada em onze de junho de dois mil e vinte e cinco. _____

_____ Esclareceu que a mesma respeita a um projeto de transporte a pedido, a implementar ao nível da região do Médio Tejo, o qual tem como objetivo promover soluções de transporte público adaptado às zonas de baixa densidade populacional, onde as necessidades de mobilidade não são adequadamente satisfeitas pela rede regular de transportes. _____



____ Mais, informou que o referido serviço terá início em fevereiro de dois mil e vinte e seis, tornando-se, para o efeito, necessário celebrar o correspondente contrato interadministrativo entre o Município e a Comunidade Intermunicipal. Assim, justificou-se a inclusão do presente ponto na ordem de trabalhos da Assembleia Municipal. _____

____ **Deliberação, tomada por unanimidade:** Aprovada a alteração da ordem do dia, mediante a inclusão do ponto 3 – Contrato Interadministrativo entre a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo e o Município de Alcanena, na área do Transporte a Pedido, no âmbito da prestação do serviço público de transporte de passageiros flexível, a integrar a Ordem de Trabalhos, nos termos do número três do artigo quadragésimo segundo do Regimento da Assembleia Municipal de Alcanena, por se reconhecer a urgência na deliberação imediata do referido assunto. _____

____ O **Senhor Presidente da Assembleia** submeteu ainda à consideração do plenário a abertura de um período destinado à intervenção do público, para eventuais pedidos de esclarecimento relativamente ao ponto dois da ordem de trabalhos, atendendo a que, tratando-se de uma sessão extraordinária, tal período não é, por norma, aberto ao público. _____

____ **Deliberação, tomada por unanimidade:** Aprovada a abertura de um período destinado à intervenção do público, para eventuais pedidos de esclarecimento relativamente ao ponto dois da ordem de trabalhos. _____

____ **PONTO 2 - Apresentação do projeto de valorização de resíduos provenientes da indústria dos curtumes e seus derivados. (Para conhecimento)** _____

____ O **Senhor Presidente da Assembleia** iniciou a sua intervenção com um breve enquadramento do tema. Informou que, em dezanove de dezembro de dois mil e vinte e cinco, a pedido da AUSTRA – Associação de Utilizadores do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena e do CTIC – Centro Tecnológico das Indústrias do Couro, teve lugar uma reunião que contou com a presença de elementos do CTIC – Centro Tecnológico das Indústrias do Couro, designadamente a Engenheira Ana Luís, Diretora Geral e Engenheira Ana Teixeira, Técnica de Ambiente, bem como representantes da AUSTRA – Associação de Utilizadores do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena, nomeadamente o Dr. Carlos Martinho, a Engenheira Vanessa Matos e o Senhor Nuno Carvalho, Presidente da AUSTRA – Associação de Utilizadores do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena. Informou ainda que, por videoconferência, participou igualmente nessa reunião a Dr.^a Maria José Ferreira, do Centro Tecnológico do Calçado de Portugal. Referiu que o projeto em causa se encontra em estudo há vários anos, sendo a respetiva apresentação efetuada, na presente sessão, pela Engenheira Ana Luís, Diretora-Geral do CTIC – Centro Tecnológico das Indústrias do Couro. ____

____ Informou também que a sessão seria objeto de gravação, uma vez que alguns dos intervenientes no projeto participariam por videoconferência. Mais, esclareceu que a captação e o tratamento de imagem e som seriam realizados ao abrigo do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados e da legislação aplicável, sendo que a entrada e permanência no local implicam a aceitação



implícita e a autorização expressa para a captação de imagem e voz durante o decurso da sessão. _

_____. Seguidamente, o **Senhor Presidente da Assembleia** concedeu a palavra aos representantes da AUSTRA – Associação de Utilizadores do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena para procederem à apresentação do projeto. _____

_____. Iniciou a intervenção o **Senhor Nuno Carvalho, Presidente da AUSTRA – Associação de Utilizadores do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena**, que efetuou o enquadramento geral do projeto, cuja apresentação, em formato PowerPoint, havia sido previamente remetida a todos os Deputados da Assembleia Municipal. _____

_____. Referiu tratar-se de um projeto que se encontra em estudo há bastante tempo, com um investimento estimado na ordem dos 7.000.000,00€ (sete milhões de euros), podendo beneficiar de uma comparticipação até cerca de 50 % no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Salientou ainda que o projeto se encontra condicionado por prazos temporais, uma vez que a informação oficial disponível indica que o PRR – Plano de Recuperação e Resiliência termina no final de junho de dois mil e vinte e seis. Acrescentou que, para a instalação e operacionalização dos equipamentos necessários, será previsível um período aproximado de seis meses, pelo que todo o processo deverá ser agilizado com a maior brevidade possível. _____

_____. Chamou igualmente a atenção para a questão da viabilidade económica do projeto, referindo que o mesmo apenas será técnica e economicamente viável se for implementado no local onde se encontra a matéria-prima. _____

_____. Referiu que a proposta inicial envolvia as lamas da ETAR, mas que seria possível considerar depois. _____

_____. De seguida, foi concedida a palavra à Dr.ª Maria José Ferreira, do CTCP – Centro Tecnológico do Calçado de Portugal, que, por videoconferência, procedeu à apresentação do projeto “BioShoes4All”. _____

_____. Referiu tratar-se de um projeto de grande dimensão, financiado pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), que integra cerca de 70 (setenta) parceiros e cuja execução e resultados têm sido acompanhados de perto pela Estrutura de Missão Recuperar Portugal. Esclareceu ainda que o projeto é financiado e gerido financeiramente pelo Fundo Ambiental, sendo objeto de acompanhamento permanente e detalhado por parte da Agência Portuguesa do Ambiente. _____

_____. Informou que o projeto contempla, designadamente, os seguintes objetivos: _____

_____. – Promover a transição da fileira do calçado para a bioeconomia e para uma economia circular sustentável; _____

_____. – Desenvolver novos bio e eco materiais, componentes e processos de produção; _____

_____. – Fomentar a produção de calçado e marroquinaria funcional, durável e circular, com menor pegada ambiental; _____

_____. – Implementar tecnologias de produção avançadas e digitais, nomeadamente _____



automatização, robotização e reciclagem *in situ*; _____

_____ – Criar soluções para a valorização de resíduos de produção e de produtos em fim de vida;

_____ – Reduzir a pegada ambiental da fileira e dos seus produtos, designadamente ao nível do carbono, da água, do consumo de recursos fósseis e da utilização de substâncias químicas; _____

_____ – Implementar linhas piloto industriais, promover a disseminação e a demonstração de inovações; _ _____

_____ – Reforçar a capacitação da fileira, através do desenvolvimento de conteúdos e da realização de ações específicas; _____

_____ – Envolver e sensibilizar o consumidor para a promoção de práticas de consumo sustentável;

_____ – Promover amplamente a fileira do calçado no âmbito da bioeconomia e da economia circular, a nível nacional e internacional. _____

_____ Mais, referiu que o consórcio é composto atualmente por 69 (sessenta e nove) parceiros, provenientes de diversos setores, designadamente das áreas do design, recursos biológicos, curtumes, polímeros, compósitos, produtos químicos, fabrico de máquinas, tecnologias da informação e comunicação, logística, valorização de resíduos, retalho, bem como fabricantes de calçado e marroquinaria, os quais partilham recursos e oportunidades no âmbito do projeto. _____

_____ Esclareceu ainda que o BioShoes4All assenta em cinco pilares de intervenção, plenamente alinhados com o previsto no Convite à Constituição de Consórcio, a saber: Biomateriais; Calçado Ecológico; Economia Circular; Tecnologias Avançadas de Produção e; Capacitação e Promoção. ____

_____ Referiu que o projeto tinha sido iniciado em setembro de 2021 e o fecho estava previsto para 30 de setembro de 2026. Era, pois, urgente decidir sobre a solução de valorização dos resíduos ou a continuação da colocação em aterro. _____

_____ Seguidamente, o **Senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra à Engenheira Ana Luís, Diretora-Geral do CTIC – Centro Tecnológico das Indústrias do Couro**, a qual começou por referir que a Dr.ª Maria José Ferreira havia efetuado um enquadramento geral do projeto, cabendo agora ao CTIC – Centro Tecnológico das Indústrias do Couro e à AUSTRA – Associação de Utilizadores do Sistema de Tratamento de Águas Residuais apresentar um resumo simplificado do trabalho desenvolvido nos últimos anos. _____

_____ Explicou que a implementação de um projeto desta natureza, baseado num processo de pirólise, carece de licenciamento municipal, bem como de licenciamento ambiental. Consideraram, por isso, importante apresentar previamente o projeto à Assembleia Municipal, antes da formalização do pedido de licenciamento, para que o mesmo fosse devidamente esclarecido e do conhecimento de todos. _____

_____ Informou ainda que se encontrava presente um representante da empresa ECOCUADRADO, entidade que acompanhou tecnicamente o desenvolvimento do projeto, tendo sido entendido como pertinente contar ainda com um especialista na área da pirólise. Esclareceu que, não obstante não ser profundo conhecedor deste projeto específico, o referido técnico possui experiência na implementação de



outros processos de pirólise, em Portugal e no estrangeiro, tratando-se de uma entidade independente, disponível para prestar esclarecimentos, nomeadamente no que respeita às questões ambientais associadas ao processo. Acrescentou que, após a apresentação, o CTIC – Centro Tecnológico das Indústrias do Couro, a AUSTRA – Associação de Utilizadores do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena e os restantes parceiros estariam disponíveis para responder a quaisquer questões. _____

_____ Referiu que terá necessariamente de existir uma solução para os resíduos industriais, quer no setor dos curtumes, quer noutros setores de atividade. _____

_____ Procedeu, de seguida, a uma breve apresentação do conteúdo constante do PowerPoint previamente disponibilizado aos Senhores Deputados Municipais. _____

_____ Enquadrou o projeto nas orientações europeias e nacionais, que visam a redução ao mínimo da deposição em aterro, tendo salientado que, de acordo com as orientações governamentais, não está previsto o licenciamento de novos aterros, sendo a sua utilização limitada às infraestruturas existentes. Indicou que, há cerca de seis anos, o custo de deposição em aterro rondava os 35,00€ (trinta e cinco euros) por tonelada, ascendendo, atualmente, a cerca de 130,00€ (cento e trinta euros), o que reforça a necessidade de encontrar soluções alternativas, baseadas na sustentabilidade, reciclagem, recuperação e valorização de resíduos. _____

_____ Explicou que o objetivo do processo proposto, enquanto alternativa ao aterro, é a eliminação dos depósitos de resíduos, a redução de odores e de lixiviados, a requalificação paisagística das áreas de aterro e a valorização dos resíduos, em linha com as tendências europeias, podendo ainda equacionar-se a integração do tratamento de lamas da ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais. _____

_____ Esclareceu que, embora o projeto tenha tido início formal em dois mil e vinte e dois, a necessidade de resolver esta problemática remonta a dois mil e dezasseis, tendo sido realizados diversos estudos. Inicialmente, a solução que parecia mais viável seria a hidrólise; contudo, em dois mil e vinte, surgiu a empresa ECOCUADRADO, com um sistema de pirólise, tendo o projeto avançado em dois mil e vinte e dois. Em dois mil e vinte e quatro, foi tomada a decisão de optar por um sistema de pirólise e, em dois mil e vinte e cinco, foi realizado um ensaio à escala industrial, com a utilização de cerca de dezoito toneladas de resíduos, que foram enviadas para Espanha. Nesse ensaio estiveram presentes representantes da AUSTRA – Associação de Utilizadores do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena, da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), do CTCP – Centro Tecnológico do Calçado de Portugal e da Câmara Municipal de Alcanena. _____

_____ Em termos técnicos, explicou que o processo de pirólise é particularmente adequado ao tratamento de matéria orgânica, por se tratar de um sistema sem combustão por introdução de oxigénio, o que permite, designadamente, mitigar o problema associado ao crómio. O processo inicia-se com a receção e trituração dos resíduos, que entram depois na unidade de pirólise, onde são sujeitos a aquecimento sem chama direta. Como produtos resultantes obtêm-se: um gás, que é reintroduzido no



sistema para manter o aquecimento; uma fase líquida, composta por água e óleo, podendo este último ser valorizado, nomeadamente para produção de biodiesel; e um resíduo sólido, passível de utilização em compostos para corretivos de solos ou em materiais de construção. _____

_____ Quanto à implementação, referiu que o equipamento está previsto ser instalado junto ao atual aterro de resíduos da AUSTRA – Associação de Utilizadores do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena, aproveitando infraestruturas já existentes. O equipamento deverá ser instalado em edifício adequado, numa zona impermeabilizada, não sendo necessária construção de grande dimensão, o que permite uma implementação célere. _____

_____ O objetivo principal, após a entrada em funcionamento do sistema, será encerrar, de imediato, a receção de resíduos em aterro, passando o tratamento a ser assegurado pelo novo equipamento, com capacidade anual para tratar cerca de 5.000 (cinco mil) toneladas de resíduos de couro.

_____ Concluiu referindo que a pirólise, comparativamente com outros tratamentos externos, permite a obtenção de produtos com valor acrescentado e, por não incorporar oxigénio no processo, gera menores compostos poluentes. É a solução mais eficaz devido à presença de crómio. _____

_____ Relativamente ao parecer da APA – Agência Portuguesa do Ambiente e ao enquadramento legal do licenciamento, esclareceu que a legislação nacional prevê essencialmente a figura da incineração ou um regime de exceção, não existindo um regime específico de licenciamento para unidades de pirólise. Não obstante, garantiu que as emissões são passíveis de controlo através da instalação de sistemas de filtragem adequados, sendo possível ajustar o funcionamento até ao cumprimento integral dos valores legalmente exigidos, ao abrigo do regime de exceção, compromisso esse assumido com a APA – Agência Portuguesa do Ambiente. _____

_____ Seguidamente, o **Senhor Presidente da Assembleia** declarou aberto o período destinado à colocação de questões, convidando os Senhores Deputados Municipais a apresentarem os pedidos de esclarecimento que entendessem por convenientes. _____

_____ Iniciou o período de intervenções o **Senhor Deputado Bruno Enes**, que começou por agradecer a apresentação do projeto. Colocou questões relativas ao local previsto para a sua implementação, designadamente quanto ao modo de armazenamento dos resíduos antes do respetivo tratamento, questionando se haverá deposição ou acumulação temporária de resíduos previamente à sua entrada no processo. _____

_____ De seguida, usou da palavra o **Senhor Deputado Nuno Marques**, referindo que o projeto aparenta ter potencial viabilidade, embora considere existirem ainda diversos aspetos a aperfeiçoar do ponto de vista técnico e de engenharia. Salientou que, de acordo com os pareceres disponíveis, as avaliações técnico-ambientais lhe parecem ainda insuficientes e aquém do desejável. _____

_____ Manifestou igualmente reservas quanto à localização proposta, entendendo que, tratando-se de um projeto com esta dimensão e volume de investimento, a escolha do local não deveria assentar apenas na preexistência de infraestruturas como a báscula, tanto mais que o espaço em causa é reduzido,



situa-se próximo da sede do concelho e em proximidade a habitações, circunstância que, no seu entender, poderá não salvaguardar adequadamente os interesses da população. _____

_____ Referiu ainda a experiência de Toledo, que, na sua perspetiva, reforça as suas apreensões, nomeadamente quanto ao risco de combustão dos materiais armazenados. Demonstrou preocupação relativamente à necessidade de molhar os resíduos antes da sua submissão ao tratamento térmico, salientando a importância de assegurar a total impermeabilização do solo e a existência de zonas estanques, de modo a evitar contaminações. Acrescentou que o risco de incêndio e a proximidade às populações lhe suscitam particular preocupação, sobretudo atendendo à natureza dos resíduos em causa e aos potenciais impactos para a saúde pública. _____

_____ Questionou, assim, que garantias oferece o estudo relativamente à adequação da localização proposta, considerando o passivo ambiental já existente no concelho e entendendo que a instalação de mais uma infraestrutura desta natureza poderá representar um ónus adicional para um concelho que já se encontra ambientalmente castigado. _____

_____ Por outro lado, referiu que, segundo a apresentação efetuada, alguns parâmetros poderão ser corrigidos mediante a instalação de filtros, apontando, contudo, a existência de valores de emissões de carbono significativamente superiores aos limites considerados aceitáveis, o que, no seu entender, evidencia uma discrepância relevante. Há parâmetros de carbono de 1123 (mil cento e vinte e três) quando o aceitável são 100 (cem). _____

_____ Numa busca rápida na internet, há informações disponíveis relativas à unidade existente em Toledo, mencionando que populações da localidade de Santa Maria de Benquerencia terão manifestado queixas relacionadas com incêndios, odores, movimentação de resíduos e necessidade de abertura de novas células. Referiu igualmente posições de grupos ambientalistas que apontam para alegadas infiltrações de lixiviados nos solos e potenciais contaminações, associadas à necessidade de os resíduos serem molhados antes do tratamento. _____

_____ Concluiu afirmando que tais circunstâncias lhe suscitam dúvidas quanto à sustentabilidade da solução proposta e solicitou esclarecimentos adicionais sobre as garantias de segurança, designadamente no que respeita à proteção da saúde pública. _____

_____ O **Senhor Presidente da Assembleia** concedeu, de seguida, a palavra à Engenheira Ana Luís, para responder às questões colocadas. _____

_____ A **Engenheira Ana Luís, Diretora-Geral do CTIC – Centro Tecnológico das Indústrias do Couro**, começou por esclarecer que os resíduos tratados na unidade de Toledo não correspondem aos resíduos em causa no presente projeto. Explicou que a escolha de Toledo se deveu ao facto de ali se encontrar já implementado um sistema de pirólise, o qual foi previamente limpo e preparado para permitir a realização do ensaio com os resíduos provenientes deste setor. Acrescentou que eventuais resultados menos positivos poderão estar relacionados com o facto de o sistema não se encontrar totalmente isento de resíduos anteriores. Esclareceu ainda que os problemas atualmente reportados em Toledo dizem



respeito a outro tipo de resíduos, designadamente plásticos e similares, não sendo ali tratados resíduos de couro ou peles. Assim, a escolha daquela unidade prendeu-se com a existência de tecnologia semelhante à que se pretende implementar. _____

_____Relativamente ao risco de incêndio, referiu que os materiais em causa já se encontram atualmente depositados em aterro e que, tanto quanto é do seu conhecimento, nunca ali ocorreu qualquer incêndio. Sublinhou que se trata precisamente dos resíduos que se pretende deixar de depositar em aterro, passando a ser tratados através do processo de pirólise. _____

_____Quanto às questões relativas à incorporação de materiais em produtos de construção e aos sistemas de filtragem, informou que essas matérias seriam posteriormente detalhadas pelo Engenheiro Mário Medina. _____

_____No que respeita à localização, esclareceu que a escolha do local não se deveu apenas à existência da báscula, mas sobretudo ao facto de já existirem infraestruturas edificadas que permitem a instalação do equipamento, com garantias de impermeabilização adequadas. Referiu que, em caso de eventual derrame, o local assegura a contenção dos materiais. Acrescentou ainda que a solução permite reduzir significativamente custos, uma vez que não implica aquisição de terrenos nem realização de obras estruturais de grande dimensão. Sublinhou também que a indústria se encontra implantada naquele território e que a substituição do atual aterro por um sistema tecnológico que elimina odores e lixiviados constitui, no seu entendimento, uma melhoria significativa face à situação existente. _____

_____Seguidamente, usou da palavra o **Senhor Mário Medina**, que interveio por videoconferência, em representação da empresa “GL2BS – Greenlight To Business Solutions”, tendo efetuado a sua exposição em língua espanhola. _____

_____De forma resumida, prestou esclarecimentos sobre a possibilidade de incorporação do material sólido resultante do processo de pirólise em produtos destinados ao setor da construção, referindo as respetivas potencialidades de valorização. _____

_____Explicou ainda o funcionamento dos sistemas de filtragem previstos, descrevendo os mecanismos de controlo e redução de emissões associados ao processo, bem como as soluções técnicas destinadas a assegurar o cumprimento dos parâmetros ambientais aplicáveis. _____

_____Retomou a palavra o **Senhor Deputado Nuno Marques**, questionando de que forma um sistema de filtragem poderá reduzir valores de emissões na ordem de grandeza referida num dos relatórios apresentados — designadamente cerca de 1.124 (mil cento e vinte e quatro) unidades face a um limite máximo admissível de 100 (cem) – e como poderá um filtro assegurar uma redução tão significativa relativamente aos resultados obtidos no ensaio industrial, tendo em conta o regime máximo de exceção aplicável. _____

_____Em resposta, o **Senhor Mário Medina** esclareceu que os sistemas de filtragem são dimensionados e instalados com o objetivo de cumprir a regulamentação ambiental em vigor, permitindo a captação das partículas resultantes das emissões e a sua redução até aos limites legalmente



estabelecidos. _____

_____ A **Engenheira Ana Luís, Diretora-Geral do CTIC – Centro Tecnológico das Indústrias do Couro**, acrescentou que toda a instalação será objeto de monitorização por parte da Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e que, caso não sejam atingidos os valores legalmente exigidos, a unidade não poderá laborar. Sublinhou que não será assumido o risco de realizar um investimento na ordem dos 7.000.000,00€ (sete milhões de euros) sem que exista garantia do fornecedor quanto ao cumprimento dos parâmetros exigidos, sendo certo que a APA – Agência Portuguesa do Ambiente não autoriza o funcionamento da instalação, caso os limites não sejam respeitados. _____

_____ Esclareceu ainda que, no processo de pirólise, parte dos gases produzidos é reaproveitada para alimentar termicamente o próprio sistema. Recordou que o ensaio realizado teve natureza industrial e não decorreu nas condições ideais, designadamente por se tratar de um sistema distinto do que se pretende instalar. _____

_____ Referiu que existe garantia técnica do fornecedor quanto à possibilidade de resolver as questões de emissões através da instalação e ajustamento de filtros adequados. Explicou que, após a instalação, está previsto um período de adaptação acompanhado pela APA – Agência Portuguesa do Ambiente, durante o qual serão realizadas análises iniciais, podendo revelar-se necessário ajustar ou substituir sistemas de filtragem, seguindo-se novas medições. Este processo poderá implicar uma fase de afinação progressiva, até que os valores se encontrem dentro dos limites legalmente admissíveis.

_____ Concluiu referindo que, mesmo após o início regular da laboração, a unidade ficará sujeita a monitorização contínua, quer ao nível das emissões gasosas, quer relativamente ao biochar (produto sólido) produzido. _____

_____ Interveio, de seguida, o **Senhor Deputado Frederico Fonseca**, referindo que as suas preocupações se centram igualmente na localização proposta. Considerou que, se a questão das emissões gasosas poderá ser resolvida através da aplicação de filtros, então deveriam, eventualmente, ser realizados novos ensaios, já com esses sistemas instalados, até se alcançarem resultados plenamente satisfatórios. Salientou que se trata de um problema no concelho com mais de cinquenta anos e que, a ser resolvido, deverá sê-lo de forma definitiva, sem voltar a onerar a população. Entendeu ainda que o estudo deveria ser mais abrangente quanto à análise de localização, reconhecendo que a transição de aterro para uma solução de pirólise representa uma evolução significativa, mas considerando que a análise poderá estar a ser limitada, independentemente dos custos envolvidos e da oportunidade de financiamento externo. _____

_____ Seguidamente, interveio a **Senhora Deputada Verónica Paiva**, que referiu que o concelho enfrenta efetivamente um problema associado aos resíduos da indústria dos curtumes, indústria essa com grande relevância histórica, social e económica para o território. Reconheceu a necessidade de encontrar uma solução para os aterros, mas manifestou dúvidas quanto à solução apresentada. Questionou se, para efeitos de licenciamento, a instalação dos filtros será obrigatória desde o início e se apenas após a



verificação, por estudo, de que os componentes em causa deixaram de ser libertados é que será concedida autorização definitiva. Acrescentou que, apesar das explicações técnicas apresentadas, subsistem dúvidas quanto à eventual existência de outros impactos para além das emissões referidas.

_____ Seguidamente, interveio o Senhor Deputado Filipe Bastos, que salientou o cumprimento dos valores das emissões gasosas e da localização. _____

_____ Retomou a palavra o **Senhor Deputado Nuno Marques**, questionando ainda a vertente energética do sistema, designadamente se os gases produzidos serão suficientes para assegurar o funcionamento do processo ou se haverá necessidade de recurso adicional a energia externa e qual o respetivo impacto ambiental. Considerou também redutora a explicação de que os resultados obtidos em Toledo possam não ser totalmente representativos por alegada insuficiente limpeza do equipamento, salientando que a Agência Portuguesa do Ambiente é uma entidade independente e que existem relatos públicos de incómodos, como odores e incêndios. Recordou experiências passadas associadas à combustão de resíduos de couro, que provocavam cheiros intensos, manifestando receio de que o concelho venha a servir de “teste” a uma solução ainda não plenamente comprovada. _____

_____ Interveio depois o **Senhor Deputado João Calçada**, considerando pouco prudente que um projeto com esta responsabilidade esteja condicionado à pressão temporal dos fundos comunitários. Questionou qual o período previsto para a fase de testes e qual o eventual impacto dessa fase. Perguntou ainda se será utilizada água potável para humedificação dos resíduos e qual o volume estimado de consumo para esse efeito. _____

_____ Em resposta, o **Senhor Nuno Carvalho, Presidente da AUSTRA – Associação de Utilizadores do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena**, esclareceu que não está prevista qualquer utilização de água no processo, referindo que quanto mais seco for o resíduo introduzido na unidade de pirólise, melhor será o desempenho do sistema. Manifestou desconhecer a origem da informação relativa à necessidade de molhar os resíduos e considerou pertinente que o representante da empresa ECOCUADRADO, que acompanhou os ensaios em articulação com a APA – Agência Portuguesa do Ambiente, prestasse esclarecimentos adicionais. _____

_____ Usou então da palavra o **Senhor Sérgio González, da empresa ECOCUADRADO**, que referiu que a pirólise é uma tecnologia reconhecida pela União Europeia para tratamento de resíduos. Informou que foram realizados ensaios laboratoriais em contexto universitário com resíduos de couro, bem como ensaios industriais na unidade de Toledo. Esclareceu que eventuais problemas ambientais reportados naquela localidade não estão relacionados com o processo de pirólise aplicado a resíduos de couro, mas sim com resíduos urbanos e resíduos de plástico. Indicou que os ensaios demonstraram a necessidade de proceder a ajustes nos componentes de combustão e nos sistemas de tratamento de emissões, designadamente através da instalação e afinação de filtros, de modo a garantir o cumprimento dos limites legais. Concluiu referindo que a pirólise constitui uma solução enquadrável na legislação aplicável como alternativa ao aterro, sendo necessário obter o respetivo licenciamento e prever um



período de adaptação técnica para assegurar que as emissões cumprem integralmente os parâmetros exigidos. _____

_____ A **Engenheira Ana Luís, Diretora-Geral do CTIC – Centro Tecnológico das Indústrias do Couro**, acrescentou que o período experimental previsto, até que o sistema se encontre plenamente ajustado e em condições de iniciar a laboração regular, será estimado entre três a seis meses, não se tratando, portanto, de um processo que se prolongue por anos.

_____ Retomou a palavra o **Senhor Deputado João Calçada**, reiterando a questão relativa à eventual utilização de água ao longo de todo o processo, desde a entrada dos resíduos até à obtenção dos produtos finais, pretendendo saber, de forma global, se existe consumo de água e, em caso afirmativo, qual o volume estimado. _____

_____ Interveio, de seguida, a **Dr.ª Maria José Ferreira, do CTCP – Centro Tecnológico do Calçado de Portugal**, solicitando ao Senhor Sérgio González, da empresa ECOCUADRADO que esclarecesse, de forma mais detalhada, o contexto da unidade de Toledo. Referiu que, para além do sistema de pirólise, existe, nas proximidades, um aterro de resíduos sólidos urbanos orgânicos, sendo importante distinguir as fontes de eventuais odores e compreender por que razão determinados resíduos necessitam de humedificação, ao contrário do que sucede no processo de pirólise. Sublinhou ainda que a pirólise não constitui um processo de incineração nem de queima, uma vez que não ocorre na presença de oxigénio, não havendo oxidação da matéria orgânica, razão pela qual se forma carvão (biochar) em vez de cinzas resultantes de combustão. _____

_____ O **Senhor Sérgio González, da empresa ECOCUADRADO** esclareceu, em língua espanhola, que a pirólise não requer utilização de água, uma vez que os resíduos a tratar devem apresentar-se secos. Explicou que os materiais são sujeitos a temperaturas na ordem dos 700 °C e que o calor residual gerado no processo contribui para a sua continuidade, não havendo recurso a água, por se tratar de um tratamento termoquímico seco, do qual resultam essencialmente carvão e gás. _____

_____ Relativamente à localização de Toledo, esclareceu que a unidade se encontra integrada numa instalação pública de tratamento de resíduos municipais, contígua a um aterro com cerca de vinte anos, onde é depositada grande quantidade de matéria orgânica. Indicou que os odores reportados estarão associados à fermentação dessa matéria orgânica no aterro e não ao processo de pirólise. Acrescentou que, em Toledo, a pirólise é utilizada para transformar resíduos plásticos, bem como papel e cartão, em combustível destinado a refinarias, pelo que eventuais queixas existentes não decorrem do tratamento por pirólise, mas poderão estar relacionadas com o aterro de resíduos orgânicos existente nas proximidades. _____

_____ Interveio o **Senhor Eurico Justo, Presidente da Junta de Freguesia de Santo António**, questionando qual a capacidade prevista para a unidade a instalar e quantas toneladas de resíduos são produzidas anualmente pela indústria de curtumes de Alcanena. Perguntou ainda se, admitindo que a proposta se encontra numa fase preliminar, existirá margem para integrar no processo as lamas que



atualmente seguem para aterro. _____

_____ **A Engenheira Ana Luís, Diretora-Geral do CTIC – Centro Tecnológico das Indústrias do Couro**, respondeu que a capacidade prevista é de cerca de 5.000 (cinco mil) toneladas por ano. Quanto à produção de resíduos da indústria de curtumes, referiu que os dados disponíveis correspondem às quantidades entregues em aterro nos últimos anos, indicando que, em dois mil e vinte e dois, foram entregues aproximadamente 4.000 (quatro mil) toneladas, em dois mil e vinte e três, cerca de 3.000 (três mil) toneladas e, em 2024 (dois mil e vinte e quatro), cerca de 2.000 (duas mil) toneladas, verificando-se uma tendência decrescente, também associada à redução da atividade do setor. _____

_____ **O Senhor Nuno Carvalho, Presidente da AUSTRA – Associação de Utilizadores do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena**, acrescentou que esse decréscimo resulta não só da diminuição da produção industrial, mas também do facto de, em dois mil e vinte e quatro, parte dos resíduos ter passado a ser exportada para Itália, para tratamento alternativo, designadamente com vista à produção de fertilizantes (valorizado nas certificações LWG), cujo custo é significativamente inferior ao da deposição em aterro. Referiu ainda que o equipamento previsto ocupará uma área inferior à da sala do auditório dos Paços do Concelho e que poderá ser instalado por módulos. Esclareceu que o arranque inicial do sistema é efetuado com recurso a uma caldeira a gás, passando depois a funcionar de forma autónoma, utilizando a energia gerada no próprio processo, que é reaproveitada internamente. _____

_____ **O Senhor Eurico Justo, Presidente da Junta de Freguesia de Serra de Santo António**, prosseguiu, questionando qual o teor de humidade admissível para introdução dos resíduos no sistema, tendo em conta que a eficiência do processo depende desse fator, e que margem existe para integrar lamas, nomeadamente se o Município terá de continuar a investir em processos de secagem. _____

_____ **A Engenheira Ana Luís, Diretora-Geral do CTIC – Centro Tecnológico das Indústrias do Couro**, respondeu que a incorporação de lamas constitui uma hipótese que carece ainda de estudo específico, existindo potencial técnico, mas sendo necessária avaliação complementar. _____

_____ **O Senhor Nuno Carvalho, Presidente da AUSTRA – Associação de Utilizadores do Sistema de Tratamento de Águas Residuais**, esclareceu que, para eventual incorporação de lamas, seria necessária uma estufa complementar para proceder à sua secagem, dado que as lamas, mesmo após desidratação, apresentam um teor de humidade superior a 80%. Por contraste, as raspas e aparas de couro apresentam uma humidade na ordem dos 15%, enquanto as aparas wet blue rondam os 50%, sendo que, de acordo com os ensaios realizados, o equipamento consegue operar com estes níveis sem necessidade de secagem adicional. _____

_____ **O Senhor Sérgio González, da empresa ECOCUADRADO** referiu que, relativamente às lamas, seria aconselhável realizar um ensaio industrial específico. Explicou que os sistemas de pirólise necessitam de uma fonte externa de energia para o arranque, como gás natural ou gasóleo, entrando depois em regime de funcionamento cíclico, no qual o gás gerado é reutilizado para alimentar o próprio processo. Concluiu afirmando que a pirólise poderá constituir uma solução potencial não apenas para



resíduos de couro, mas também para lamas e aparas, desde que tecnicamente validada. _____

_____ Interveio a **Senhora Deputada Susana Antunes**, referindo que subsistiam dúvidas quanto ao funcionamento do processo. Observou que foi afirmado que a pirólise não constitui combustão, mas que dela resultam carvão, óleo e gás, sendo este último reincorporado no sistema para aquecimento do reator e produção de energia. Questionou se será precisamente a queima desse gás que origina as emissões medidas no ensaio industrial e se foram esses os valores analisados. Referiu ainda que, segundo o parecer da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), o projeto não se enquadra nos pressupostos exigíveis no âmbito da economia circular para um investimento desta dimensão, colocando dúvidas quanto à sua elegibilidade, designadamente se a mesma dependerá apenas da aplicação de filtros, situação que considerou pouco clara. _____

_____ E continuou. Não cumprindo os valores limite, não cai na legislação da exclusão e tem de ser licenciado como incineração. Vamos estar seis meses a servir de cobaia para depois validar a solução? Ficaremos melhor em termos de saúde? _____

_____ A **Engenheira Ana Luís, Diretora-Geral do CTIC – Centro Tecnológico das Indústrias do Couro**, respondeu que o processo de pirólise gera três produtos: carvão, uma fração líquida suscetível de valorização como combustível e um gás que é reaproveitado no próprio sistema. Esclareceu que é a combustão controlada desse gás que origina emissões, tendo sido essas as que foram objeto de medição no ensaio realizado, o qual não dispunha ainda dos filtros definitivos. _____

_____ A **Senhora Deputada Susana Antunes** prosseguiu, questionando a pertinência do parecer da APA – Agência Portuguesa do Ambiente, referindo que, no último parágrafo do documento, é mencionado que o processo poderá ser qualificado como incineração, o que, no seu entendimento, poderá afastá-lo do enquadramento em economia circular. Questionou a legitimidade de avançar com o projeto, quando existe um parecer de uma entidade com responsabilidade na matéria que suscita reservas. Manifestou ainda preocupação quanto à eventual realização de um período experimental, após a realização do investimento, interrogando-se sobre a maturidade e elegibilidade do projeto no contexto do financiamento europeu e sobre os impactos futuros, nomeadamente ao nível da saúde pública. _____

_____ A **Engenheira Ana Luís, Diretora-Geral do CTIC – Centro Tecnológico das Indústrias do Couro**, esclareceu que o parecer da APA – Agência Portuguesa do Ambiente refere que, não se enquadrando o processo nos valores previstos no regime de exceção, deverá ser considerado, para efeitos legais, como incineração. Reiterou que a apresentação à Assembleia teve como objetivo assegurar total transparência, antes da eventual submissão de um pedido de informação prévia para licenciamento, permitindo que todos os eleitos deliberem com conhecimento do projeto. _____

_____ Acrescentou que os ensaios realizados em Toledo não decorreram nas condições ideais face à configuração prevista para a instalação a implementar, sublinhando novamente que a legislação portuguesa não prevê um regime específico de licenciamento para pirólise, existindo apenas o enquadramento para incineração e para regimes de exceção. Referiu que o ensaio não cumpriu os



parâmetros do regime de exceção e que, segundo os técnicos, as emissões poderão ser corrigidas mediante a aplicação de sistemas de filtragem adequados, os quais não estavam instalados no momento do ensaio, não tendo havido tempo para repetir os testes com essas condições. _____

_____ Interveio ainda a **Senhora Deputada Susana Antunes**, afirmando que, perante uma discrepância significativa nos valores das emissões e tratando-se de matéria sensível do ponto de vista da saúde pública, deveria ter havido tempo para realizar ensaios adicionais que garantissem maior segurança, manifestando dificuldade em compreender a razão pela qual tal não ocorreu. Não está escrito que é seguro e isso teria de ser assegurado antes e não depois. _____

_____ O **Senhor Sérgio González, da empresa ECOCUADRADO**, interveio para esclarecer as diferenças entre pirólise e incineração. _____

_____ Explicou que a incineração consiste num processo de combustão da matéria orgânica na presença de oxigénio, do qual resultam dióxido de carbono (CO₂), água e energia. Já a pirólise é um processo termoquímico que ocorre na ausência de oxigénio, no qual a matéria orgânica sofre uma reconfiguração molecular, originando maioritariamente um resíduo sólido carbonizado (carvão), bem como uma fração gasosa e uma fração líquida. _____

_____ Esclareceu que o gás de síntese resultante do processo é posteriormente tratado e queimado num queimador específico. Dessa combustão resultam emissões compostas essencialmente por calor, vapor de água e CO₂, libertadas através da chaminé. Referiu que, com a tecnologia adequada e com a instalação dos sistemas de filtragem previstos, é possível cumprir os valores legais de emissão, acrescentando que não foi possível, por constrangimentos de tempo, realizar um ensaio completo com os filtros instalados antes da presente fase do projeto. _____

_____ Acrescentou ainda que a legislação europeia protege a saúde das pessoas. _____

_____ Interveio o **Senhor Deputado Filipe Bastos**, questionando, por referência a uma tonelada de resíduo tratado, qual a percentagem correspondente às frações líquida, sólida (carvão) e gasosas resultantes do processo. _____

_____ Em resposta, o **Senhor Mário Medina** apresentou os resultados obtidos no ensaio industrial realizado em Toledo, no qual foram tratadas 18 (dezoito) toneladas de resíduos. Indicou que, desse total, resultaram aproximadamente 2,72 toneladas de bio óleo, 4,54 toneladas de fase aquosa, 5,26 toneladas de fração sólida (retida para outros processos de valorização) e 5,48 toneladas de gás. _____

_____ No uso da palavra, o **Senhor Presidente da Câmara** referiu a expressão inglesa NIMBY (“Not In My Back Yard”), em português “Não no meu quintal”, salientando que considera que matérias desta natureza devem ser analisadas com serenidade e profundidade. Entende que as decisões devem assentar no conhecimento técnico, o qual apenas se alcança através do devido aprofundamento das questões. _____

_____ Informou que, até ao momento, não deu entrada na Câmara Municipal qualquer processo de licenciamento relativo ao projeto em apreço. Acrescentou que, ao que tudo indica, o mesmo não se



enquadrará em qualquer regime de exceção, sendo previsível a necessidade de Avaliação de Impacte Ambiental, procedimento que não é compatível com prazos de seis meses associados ao PRR – Plano de Recuperação e Resiliência. Manifestou, assim, reservas quanto à necessidade de decidir um assunto desta complexidade num horizonte temporal tão reduzido. _____

_____ Referiu ainda que existirão, naturalmente, financiamentos para o encerramento de aterros, até porque o País assumiu compromissos internacionais nesse domínio. Reiterou, contudo, que a inexistência de pedido de licenciamento implica que não tenham sido ainda desencadeados os necessários pareceres e demais formalidades legais, defendendo que uma matéria desta delicadeza exige conhecimento, ponderação e reflexão aprofundada. _____

_____ Recordou que, na década de noventa, enquanto vereador, foi apresentado um projeto para instalação de uma unidade de tratamento de resíduos nos terrenos do Fojo, onde atualmente se encontra em construção o Parque Empresarial. À data, defendeu o cumprimento das distâncias legais às populações. O projeto acabou por não avançar para aquele local, o que, em seu entender, se revelou positivo, pois teria inviabilizado o desenvolvimento do parque industrial ali implantado. _____

_____ mencionou igualmente que, há cerca de vinte anos, foi apresentado em Assembleia Municipal um projeto para instalação de um CIRVER – Centros Integrados de Recuperação, Valorização e Eliminação de Resíduos Perigosos, atualmente localizado na Chamusca, tendo a Assembleia Municipal emitido parecer desfavorável. Acrescentou que, na região, existe um ecoparque, situado a vários quilómetros das habitações, ao passo que o projeto agora apresentado prevê uma localização a cerca de setecentos metros de bairros habitacionais e ainda a menor distância de algumas habitações. Declarou desconhecer, no País ou na Europa, estruturas desta natureza implantadas a tão curta distância das zonas residenciais, não apenas por questões de segurança e saúde, mas também por razões de perceção pública. _____

_____ A este propósito, deu o exemplo de um investimento significativo que esteve previsto para o concelho – a instalação de um centro internacional de ioga, na Vivenda Maria Nazaret, já com escritura marcada – que acabou por não se concretizar após os promotores, nas suas diligências, terem tomado conhecimento de episódios pontuais de odores no concelho. Considerou que, mesmo que ocorram apenas esporadicamente, tais situações podem comprometer investimentos relevantes. _____

_____ Sublinhou que se assiste, atualmente, a uma dinâmica de reabilitação habitacional no centro de Alcanena, bem como a um investimento municipal de seis milhões de euros no Parque Empresarial, com o objetivo de captar e fixar talento no concelho. Nesse contexto, entende que um investimento desta natureza, na localização proposta, deve ser objeto de aprofundada reflexão e ponderação, admitindo que, caso pudesse escolher, preferiria a sua implantação numa zona territorialmente identificada como adequada para este tipo de equipamentos, o que considera não ser o caso, atendendo à proximidade às áreas habitacionais e à imagem que se pretende afirmar para o concelho e, em particular, para a Vila de Alcanena. _____



_____ Concluiu reiterando que não deu entrada qualquer processo de licenciamento na Câmara Municipal e que, quando tal vier a suceder, o mesmo será apreciado pelas entidades competentes, pela Câmara Municipal e sujeito ao escrutínio da Assembleia Municipal, tratando-se de um assunto de elevada relevância que deverá, necessariamente, ser submetido a este órgão deliberativo. _____

_____ Interveio o **Senhor Nuno Carvalho, Presidente da AUSTRA – Associação de Utilizadores do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena**, afirmando que a pirólise não produz odores, sendo estes associados às lamas existentes. _____

_____ O **Senhor Deputado Marco Serra** colocou diversas questões. Em primeiro lugar, referiu que os testes realizados incidiram apenas sobre os resíduos apresentados, não tendo sido efetuados ensaios com lamas, questionando de que forma o bio-óleo resultante da pirólise poderá, na prática, ser armazenado e utilizado. Em segundo lugar, manifestou preocupação quanto ao facto de não terem sido realizados testes com lamas, admitindo o risco de poder vir a ser produzido um bio-óleo instável. Por fim, considerou que o projeto se encontra ainda numa fase que lhe parece excessivamente experimental para uma decisão que exige ponderação, conhecimento efetivo e estudo aprofundado, o que, no seu entender, não se compadece com um prazo de seis meses. Manifestou expectativa de que a pirólise possa vir a constituir uma solução, mas devidamente estudada, consolidada e sustentada. _____

_____ A **Engenheira Ana Luís, Diretora-Geral do CTIC – Centro Tecnológico das Indústrias do Couro**, respondeu que o sistema de pirólise se encontra amplamente testado e comprovado a nível europeu, sendo apontado como uma das alternativas recomendadas ao aterro. Relativamente às lamas, reconheceu que constituem uma das potenciais fontes de odores, designadamente associadas à ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais existente, admitindo que, mesmo com o eventual encerramento do aterro, os odores poderão subsistir enquanto não houver solução para essas lamas.

_____ No uso da palavra, o **Senhor Presidente da Câmara** referiu que o problema dos odores é associado ao aterro de lamas e não à ETAR. _____

_____ Quanto ao bio-óleo, a **Engenheira Ana Luís, Diretora-Geral do CTIC – Centro Tecnológico das Indústrias do Couro** solicitou ao Senhor Mário Medina que esclarecesse a sua integração no mercado. _____

_____ O **Senhor Mário Medina** explicou que não existe qualquer impedimento ao armazenamento do bio-óleo junto de comunidades, uma vez que o mesmo é acondicionado em tanques apropriados.

_____ O **Senhor Sérgio González, da empresa ECOCUADRADO** acrescentou que o bio-óleo é armazenado em tanques, para posterior comercialização, designadamente como biodiesel. _____

_____ O **Senhor Deputado Nuno Marques** questionou se apenas foi estudada a localização apresentada ou se existem alternativas, bem como qual o retorno financeiro expectável para a AUSTRA – Associação de Utilizadores do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena com o investimento. _____

_____ O **Senhor Nuno Carvalho, Presidente da AUSTRA – Associação de Utilizadores do**



Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena, respondeu que o estudo de viabilidade económica se encontra realizado e validado, esclarecendo que o projeto apenas é rentável se obtiver um investimento de dimensão adequada, uma comparticipação do PRR – Plano de Recuperação e Resiliência na ordem dos 50% e financiamento para os restantes 50%. Indicou que a exploração e acompanhamento técnico caberão à entidade ECOQUADRADO, com experiência na área, sendo que a AUSTRA – Associação de Utilizadores do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena, enquanto instituição sem fins lucrativos, receberá um valor pela exploração, que permitirá assegurar o pagamento do financiamento. Acrescentou que a viabilidade económica depende da implantação da unidade junto da matéria-prima; a sua deslocalização comprometeria o projeto. _____

_____ O **Senhor Deputado Nuno Marques** questionou ainda a proveniência dos resíduos, referindo que não se limitam ao concelho de Alcanena, incluindo resíduos da indústria do calçado provenientes de São João da Madeira, Felgueiras e outras localizações, solicitando a respetiva quantificação proporcional, uma vez que o estudo não foi disponibilizado à Assembleia Municipal. ____

_____ O **Senhor Nuno Carvalho, Presidente da AUSTRA – Associação de Utilizadores do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena**, esclareceu que o projeto assenta na possibilidade de implementação junto da matéria-prima disponível. Referiu que as aparas da indústria do calçado incluídas no projeto são distintas das raspas “wet blue”, acrescentando que determinadas aparas já não podem ser reutilizadas para transformação noutros processos. _____

_____ A **Senhora Deputada Verónica Paiva** questionou se existem outras soluções equacionadas ou se a pirólise constitui a única alternativa considerada. _____

_____ O **Senhor Nuno Carvalho, Presidente da AUSTRA – Associação de Utilizadores do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena**, respondeu que, desde dois mil e dezoito, têm sido desenvolvidos diversos estudos e ensaios, incluindo hidrólise convencional e hidrólise alcalina, tendo-se concluído que, do ponto de vista ambiental, técnico e económico, a pirólise é a solução mais viável entre as analisadas. _____

_____ Para concluir, o **Senhor Presidente da Câmara** solicitou esclarecimento sobre a percentagem de resíduos que, numa operação normal, seria encaminhada para aterro e qual a repartição entre resíduos provenientes da indústria de curtumes local e aparas da indústria do calçado, bem como a relação entre a produção local e a proveniente de outras regiões destinada a alimentar a unidade de pirólise. ____

_____ O **Senhor Presidente da Assembleia** referiu que a sua perceção é de que a proporção será aproximadamente de cinquenta por cento para cada origem. Agradeceu os esclarecimentos prestados e reiterou que, caso venha a dar entrada o respetivo processo na Câmara Municipal e após emissão dos pareceres técnicos competentes, a Assembleia Municipal se pronunciará oportunamente sobre o mesmo.

_____ **Ponto 3 – Contrato Interadministrativo entre a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo e o Município de Alcanena, na área do Transporte a Pedido, no âmbito da prestação do serviço**



público de transporte de passageiros flexível. _____

_____ **Deliberação, tomada por unanimidade:** Aprovada a Minuta do Contrato Interadministrativo a celebrar entre a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo e o Município de Alcanena, no âmbito da prestação do serviço público de transporte de passageiros flexível, anexa à proposta número 202513822.

_____ Deliberou ainda aprovar o preço único de 1,00€ (um euro) por viagem para este tarifário, independentemente da distância origem/destino. _____

_____ **Pelas vinte e três horas e vinte e oito minutos,** foi encerrada a Sessão, tendo sido deliberado, por unanimidade, nos termos do número dois, do artigo quinquagésimo sétimo, do Anexo I à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, aprovar o teor da presente Ata, em Minuta, a qual foi assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. _____

_____ Lavrada a presente Ata, nos termos do número um, do artigo quinquagésimo sétimo, do Anexo I à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, a mesma vai ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. _____

_____ O Presidente da Assembleia Municipal, _____

_____ A Primeira Secretária, _____

_____ A Segunda Secretária, _____